
As tradicionais festas religiosas na moderna Belo Horizonte

Wanessa Pires Lott¹

Resumo: Belo Horizonte foi inaugurada em 1897 para ser a capital do estado de Minas Gerais. Apesar ter sido construída com base nos valores de modernização do espaço urbano, a população manteve as tradicionais vivências do período monárquico. Neste sentido, a cidade é aqui percebida na amálgama da modernidade, no estado entre o tradicional e o moderno, principalmente se tomarmos o estudo sob a ótica dos festejos religiosos dos primeiros anos da cidade. Assim, o artigo em questão apresentará a festa religiosa como um exemplo da vivência do tradicional em uma cidade com as características da modernidade. O recorte temporal dar-se-á das festas religiosas na cidade de Belo Horizonte no período da festa da inauguração (12 de dezembro de 1897) até a comemoração da nova Matriz da cidade (07 de setembro de 1922). O campo histórico-etnográfico é delimitado pelos jornais da Coleção Linhares Digital e pelos relatos de memorialistas.

Palavras-chave: Antropologia; História; Festa; Belo Horizonte.

Abstract: Belo Horizonte was inaugurated in 1897 to be the capital of the state of Minas Gerais. Despite of being built based on the values of modernization of urban space, the population maintained the traditional experiences of the monarchic period. In this sense, the city is perceived here in the amalgamation of modernity, in the state between the traditional and the modern, especially if we take the study from the perspective of the religious celebrations of the first years of the city. Thus, the article in question will present the religious festival as an example of the experience of the traditional in a city with the characteristics of modernity. The time frame will take place from the religious festivals in the city of Belo Horizonte during the period of the inauguration party (December 12, 1897) until the celebration of the new city headquarters (September 7, 1922). The historical-ethnographic field is delimited by the newspapers of the Linhares Digital Collection and reports by memorialists.

Keywords: Anthropology; History; Party; Belo Horizonte.

¹ Doutora em História, Professora Adjunta de Museologia da Faculdade de Artes Visuais no Instituto de Ciências das Artes da Universidade Federal do Pará, Brasil. E-mail: wanessalott@hotmail.com.

Introdução

As festas se apresentam como objeto privilegiado de estudo de diversas áreas do conhecimento, possibilitando várias abordagens e distintos olhares acadêmicos. Dentre os muitos, há a perspectiva de análise da festa em oposição ao trabalho, sendo incorporada ao âmbito do lazer popular ou ao tempo livre (Magnani, 2003). Outros trabalhos tomam-na como instrumento de poder, como por exemplo, os estudos das festas do Brasil colonial, no qual o Estado português promovia e gerava as festas em prol de seu caráter pedagógico e disciplinador (Del Priori, 2000). E por que escolher a festa como objeto de estudo? Porque a festa pode ser entendida na sua própria e singular realidade e dinâmica, configurando-se como uma importante forma de entendimento das variadas maneiras de viver a experiência humana em coletividade. O foco nas festas possibilita um caminho para o entendimento da sociedade, uma forma de ler por meio de um evento as estruturas e as organizações sociais. Assim, as festas são ditas com ‘fato social total’, ao responder ou perguntar questões ligadas a uma sociedade (Mauss, 2003).

Não obstante os caminhos possíveis de exame da festa, neste artigo o recorte teórico-metodológico se dá com base nas possibilidades que a história e a antropologia apresentam para o objeto em questão. Na história, a festa ganha evidência pela Escola dos *Annales* ou Nova História, que deu seus primeiros passos no final da década de 1920 e recebeu forte influência da antropologia estruturalista. Marc Bloch e Lucien Febvre, fundadores desta escola, propuseram o estudo da história desacelerando o tempo histórico e focando nas mentalidades, e apresentaram uma forma distinta de estudo na época em questão (Chartier, 2004).

Na antropologia clássica, a festa teve destaque nos estudos da religião, uma vez que as festas religiosas pertencem ao espaço/tempo do sagrado, onde há um corte com o cotidiano, com suas limitações ordinárias, possibilitando um retorno ao espaço/tempo da origem, da criação, do caos inicial. Na festa, o indivíduo e o grupo rompem com as pequenas preocupações cotidianas, vivenciando um tempo de intensas emoções, retornando aos primeiros tempos da criação para que haja uma revigoração do ser, um reencontro com a plenitude da vida para enfrentar o ciclo rotineiro. Então, a festa institui uma abertura para o Grande Tempo, o momento em que os homens abandonam o devir para alcançar o reservatório das forças todo-poderosas que o paraíso primordial aciona. Realizadas nos templos, nas igrejas, nos lugares santos, nas ruas, as festas religiosas possibilitam aberturas para o Grande Espaço, aquele onde estão os antepassados divinos (Caillois, 1988).

Diante do exposto, percebo que a história e a antropologia se complementam para a análise do fenômeno festivo. E mais do que trabalhar separadamente com cada uma, pretendo colocá-las em relação, destacando algumas interfaces teóricas para compreensão do objeto de estudo deste artigo: as festas religiosas em Belo Horizonte no período da inauguração da cidade, dia 12 de dezembro de 1897, até a festa do dia 07 de setembro de 1922. Por que a festa de 07 de setembro de 1922? Esta festa foi por mim eleita como um marco, pois nela comemorou-se o Centenário de Independência do Brasil e simultaneamente a inauguração da Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, mesmo estando inacabada². Assim, a união de tais festejos demonstra a amálgama modernidade e tradição, que se faz presente na recém construída capital de Minas Gerais. Devido ao recorte temporal extenso, se fez necessário o afunilamento do campo historiográfico-etnográfico, que foi então margeado principalmente pela Coleção Linhares Digital – CLD. Esta reúne as publicações periódicas que circulavam em Belo Horizonte entre o final do século XIX e 1956, coletadas por Joaquim Nabuco Linhares. Ademais, foi utilizada a descrição de algumas festas por memorialistas da época em questão.

1. A tradição barroca de Vila Rica e do Arraial de Bello Horizonte³

As festas fazem parte do cotidiano das sociedades e apresentam-se como elementos fundamentais em diversos momentos coletivos, sejam para comemorar vitórias, marcar datas, relembrar feitos e reunir pessoas. Na Belo Horizonte do final do século XIX e início do século XX não foi diferente, e a cidade vivenciou um grande número de festas, principalmente de cunho religioso. Como capital de Minas Gerais, a profusão de festas católicas não se apresentou como uma novidade, pois desde o início da ocupação do atual estado, a religiosidade estava efetivamente presente. Nos momentos de descanso, as vilas mineiras epifanizaram a fé por meio das festas religiosas, fazendo com que as leis do trabalho cedessem lugar ao sagrado. Neste período, “as regras são suspensas e a licença como que recomendada” propiciando a criação de um outro mundo (Caillois, 1988: 98). Portanto, falar de festa é falar de ritual. Ritual este que ocupa o reino do sagrado e se opõe ao profano da

² Havia um interesse de comemorar a inauguração da Matriz juntamente no ano de 1922, devido a significância histórica do mesmo (Barreto, 1995).

³ Anteriormente o arraial era conhecido como Arraial do Curral Del Rey, mas por meio do decreto nº36 de 12 de Abril de 1890, o então presidente de Minas Gerais “resolve determinar que a freguesia do Curral D’El Rey, município de Sabará, passe a denominar-se d’ora em diante Belo Horizonte, conforme foi requerido pelos habitantes da mesma freguesia”

rotina do trabalho, da esfera individualizadora do cotidiano, das questões materiais e das repetições cotidianas.

Assim como em Minas Gerais, no restante do território brasileiro os festejos ocuparam um lugar de destaque desde o calendário colonial. Subdivididos em “ciclos do Natal, da Páscoa, de Pentecostes e no mês de junho comemorando Santo Antônio, São João e São Pedro”, as festas eram vivenciadas como grandes espetáculos (Passos, 2002: 171). Entrecruzando com estes ciclos festivos, as não menos pomposas celebrações de nascimentos, de mortes, de recepção de reis e autoridades, de dias de outros santos contribuíram para o universo da festa na colônia.

[Nas Comarcas] as práticas católicas eram marcadas pelas espetaculares manifestações externas de fé, presentes nas pomposas missas, celebradas por dezenas de padres e acompanhadas por corais e orquestra; nos funerais grandiosos, nas procissões cheias de alegorias e nas festas, onde centenas de pessoas das mais variadas condições se alegravam com a música, dança, mascaradas e fogos de artifício (Del Priori, 2000: 27).

Nas Minas colonial, as festas ganharam grande destaque principalmente no auge do período aurífero. O contingente populacional que se instalou na região trouxe nas bagagens não só o sonho de conseguir fortuna, como também suas reminiscências festivas, elaboradas a partir daquelas promovidas pelo Estado e pela Igreja. As festas eram promovidas pelas câmaras municipais, responsáveis pela organização, pelo financiamento e pela sua execução. Algumas eram de realização obrigatória, como por exemplo, as celebrações de *Corpus Christi* e as de cunho esporádico recebiam a ordem diretamente do rei. Com a fixação do governo na Comarca de forma mais incisiva, as festas foram utilizadas para a imposição de regras, exercendo assim “um papel importante no processo de estruturação da sociedade e de consolidação dos instrumentos de mando” (Mello & Souza, 2001: 185). Nesta ótica teórica, os diversos rituais públicos auxiliaram no fortalecimento dos poderes instituídos na capitania. As festas barrocas, inseridas na lógica política do Antigo Regime, refletiram as estruturas de poder local e as regras orientadoras da vida social. Entretanto, a sociedade colonial não assistia e/ou participava de forma passiva dos festejos. A função controladora inicial conviveu com a possibilidade de a festa ser uma válvula de escape da dura vida colonial.

A festa, uma vez começada, transformava-se em exutório para suportar as árduas condições de vida das classes subalternas na Colônia. Ela transformava-se numa pausa nas inquietações cotidianas, num derivativo provisório, numa pontual *détente* (Del Priori, 2000: 90).

As festividades apresentaram um caráter de indecidibilidade, um *double bind*. Ao mesmo tempo que afirmaram o poder régio – por intermédio de símbolos e de rituais apropriados à divinação da figura real – possibilitaram uma quebra na rotina colonial. Talvez características como estas não sejam tão nítidas nos festejos do início da cidade de Belo Horizonte, mas a manutenção de traços deste *double bind*⁴ reafirmou o aspecto tradicional das festas na nova capital do estado. Como nos lembra Segalen, “o termo ‘tradição’ vem do latim *tradito*, que não só designa uma coisa transmitida, mas também o próprio ato de transmitir” (Segalen, 2002: 118). O ato repetitivo de transmissão destacado pela antropóloga Segalen apoia o caráter remanescente das festas, trabalhado pela historiadora Mona Ozouf. Não obstante, a tradição no sentido de repetição, ao retornar à psicanálise freudiana – campo no qual a história também buscou subsídios – pode-se ir mais além deste elemento endógeno da festa.

Ora, se a festa repete, de forma alguma é com o sentimento de uma repetição erudita, porém muito mais com o sentido que Freud deu à repetição: um esforço cego para dominar o choque perturbador sem que esse, precisamente, possa ser situado, datado, desarraigado do presente invisível e enfim governado (Ozouf, 1976: 217)⁵.

No texto jornalístico abaixo, tem-se um exemplo desta discussão teórica sobre reminiscência e tradição. Trata-se da apresentação da festa de Semana Santa na década de 1920 em Ouro Preto, antiga Vila Rica.

Segundo fomos informados, por um amigo nosso, filho de Ouro Preto, revertir-se-ão de excepcional brilho as tradicionais festas que se vão ser realizados este ano naquela legendaria cidade. Com grande solenidade, já ali se realizou, no dia 2 do corrente mês, a tocante procissão de cinzas, com a extraordinária concorrência de fiéis (O Arauto, 27 de março de 1922: 01). (destaque meu).

Na esteira da dita notícia, bem como nos estudos de festas coloniais, pontuo uma outra perspectiva que acompanhará as análises das festas brasileiras: a espetacularização festiva barroca. No Brasil os festejos barrocos se caracterizaram pela ostentação e pela pompa como forma de enfatizar o poder da Igreja e do Estado. “O aspecto espetacular que assumiram as celebrações litúrgicas, quando toda a população das vilas mineiras pareceria tomada de um êxtase ao mesmo tempo festivo e religioso” (Ávila, 1984: 8). Exemplos claros desta ufanía

⁴ *Double bind* pode ser traduzido como duplos vínculos e são aqui entendidos na ótica de Gregory Bateson. Os *double bind* são usualmente tomados como uma maneira de controlar sem que haja uma coerção explícita, dificultando assim a resistência do ouvinte (Bateson, 2000).

⁵ O choque perturbador que se refere o texto trata-se da análise freudiana sobre o festim totêmico.

festiva são as festas do Triunfo Eucarístico (1733) e do Áureo Trono Episcopal (1748). As festas foram cuidadosamente preparadas com uma iluminação especial, colchas coloridas enfeitando as sacadas, arcos decorando as ruas e carros alegóricos compondo as procissões. Mesmo se tratando de festas religiosas, percebe-se o “*double bind*: sagrado e o profano, divino e humano, poder eclesial e poder real, vida e morte, mundo de cá e mundo de lá, individual e coletivo, etc” (Perez, 2008: 39).

Assim, o Brasil colonial “ganhou com a festa barroca uma ordenação formal, constituída e construída sob a forma de armações efêmeras e espetaculares”. As alegorias festivas são epifanias de um elemento maior que o pontual estilo artístico, são formas de trazer “à cena coletiva o exercício da etiqueta, a exibição da riqueza e do luxo, a competição (...)” criando assim “modelos societários, estilos de vida e pautas de relacionamento, dizendo de modo mais preciso, de atitude, de estético-ética” (Perez, 2008:40). Neste sentido, o barroco, a princípio eleito como a arte da contra reforma, é melhor apreendido se tomarmos na lógica das mentalidades, do tempo longo da Nova História. Se ultrapassarmos as designações restritamente artísticas e designá-lo como um predicado que reflete momentos de transição.

Ora, ao retomar a canônica linha do tempo da história percebe-se que o barroco surge em um contexto de transição e/ou consolidação de valores distintos. No momento que a monarquia foi questionada pelos emergentes valores iluministas. No momento que a primazia europeia da Igreja Católica foi colocada em xeque pelos protestantes. No momento que o capitalismo ganhou espaço frente ao feudalismo. No momento que novas terras foram povoadas. Enfim, momentos que as visões de mundo foram abaladas, e que fantasmas e delírios vieram à tona. Como diz Jean Duvignaud: “a ‘perturbação’ barroca remete a essa ruptura entre dois mundos, a hesitação de uma civilização que se encontra entre vias divergentes” (Duvignaud, 1997:162). Neste sentido, seria empobrecedor se não ampliasse a percepção do barroco para além das estruturas estéticas, uma vez que,

Na verdade, modernismo não é uma situação entre a cultura tradicional e de uma progressiva racionalidade, mas entre sistemas de valores e definir os valores provenientes de práticas ainda pouco claros. Neste conflito, em que qualquer mutação que a civilização antes da nossa já conhecida, é estranho o estouro da imaginação e do partido que tomou o nome de ‘barroco’ (Duvignaud, 1997:160).

Apesar da veemente contribuição do espírito barroco nas construções das festas brasileiras, muitas vezes esta dimensão barroca é colocada de lado em nossas pesquisas. Diante disso, as nuanças barrocas das festas é um ponto possível de ser percorrido ao analisar

o universo festivo do arraial que deu lugar a nova capital, o Arraial de Bello Horizonte. A localidade era um ponto de convergência do gado advindo dos sertões da Bahia e do São Francisco e o arraial tinha como principal atividade econômica o plantio de milho, de feijão, de arroz, de mandioca, de cana e de algodão, a criação de gado e o comércio. A freguesia mantinha uma vida social calma, quebrada pelos diversos festejos organizados pela Irmandade do Santíssimo Sacramento e pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Desde os tempos coloniais, pertencer a uma Irmandade significava “participar da festa em honra de seu santo padroeiro, com o maior desdobramento de pompa que os meios permitissem” (Nascimento, 2006:28).

Mesmo com o Golpe da República as Irmandades não perderam a prática de organizar festas. No Arraial de Belo Horizonte o calendário festivo apresentava regularmente as festas do Divino, de Santa Efigênia, do Reinado do Rosário, da Semana Santa e da Padroeira. Com menor incidência, ocorriam as festas de São Sebastião e de Santo Antônio. As comemorações da Semana Santa eram organizadas pela Irmandade do Santíssimo Sacramento e transcorriam principalmente entre as ruas da Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem e da Capela de Nossa Senhora do Rosário. A tradição processional dos festejos barrocos se fazia presente no arraial.

Estiveram tocantes as solenidades, principalmente as procissões do Encontro e do Enterro, na Boa Viagem e na Capela do Rosário. A primeira efetuou-se em bela tarde, com numeroso acompanhamento de fiéis, que se dividiam em duas partes: uma na capela e outra na matriz, cujos sinos plangiam ao mesmo tempo (Camarante *apud* Barreto, 1995:606)

O ápice da procissão, o encontro de Nossa Senhora das Dores e do Senhor dos Passos, ocorria à noite junto ao púlpito erguido na rua do Rosário e em seguida, os fiéis seguiam orando para a Matriz. Não menos emocionante, era a procissão do Enterro, que em 1896 teve “um efeito imponente e comovente pelas milhares de velas que a acompanhavam”. A beleza da procissão de velas revelou um grande número de fiéis participantes dos festejos, girando em torno de 3.000 a 4.000 pessoas. Ali, estavam presentes “desde o engenheiro mais ilustre até o operário mais humilde”, construindo assim, uma imagem festiva que ensombreira as diferenças de cor, sexo e classe social dos habitantes do arraial. (*apud* Barreto, 1995:98, 606). Já no reinado de Nossa Senhora do Rosário, esta aparente diluição das diferenças sociais não se fazia valer, pois a festa era voltada principalmente aos negros. Celebrada no segundo domingo de outubro, os devotos “ostentavam-se pelas ruas garbosos, alegremente e dançando

ao som cadencioso de seus tambores, de seus adufes e de suas sambucas, produzindo forte e vibrantes pandorgas” (Dias, 1997:30).

Não obstante a importância das supras citadas festas religiosas, o grande festejo do arraial era em homenagem à Padroeira Nossa Senhora da Boa Viagem, no dia 15 de agosto. Comemorada ao redor da Matriz, a festa era a mais solene e concorrida da freguesia. Já nos primeiros dias de agosto, o espírito festivo tomava conta do arraial.

Quem acertasse de visitar o Curral d’El Rey em princípios do mês de agosto, certo que ficaria agradavelmente impressionado pelo tom festivo, afável e alegre de seus habitantes, com os preparativos para sua solenidade (Dias, 1997:30).

O largo da Matriz foi tomado com os preparativos para a festa e ao entardecer, grupos de rapazes e de moças ensaiaram as danças e as músicas que divertiriam o público à noite. No outro lado do largo, crianças decoraram os cantos sagrados da procissão e da missa solene e em um ponto mais afastado, foi possível avistar os ensaios das cavalhadas. No interior de diversas casas, prendadas moças bordaram as indumentárias dos santos e dos participantes da comemoração; em outras residências foram preparados os doces e biscoitos do banquete festivo.

Ao se aproximar o dia da festa, os cantos dos carros de bois tomaram conta do arraial, anunciando a chegada dos fazendeiros de lugarejos próximos. Foi o sinal de que a festa estava por iniciar. As ruas deixaram sua habitual solidão com os últimos preparativos, “uns cavando a terra e estendendo duas linhas paralelas de estacas para formar-se o passeio dos dançantes, outros cortando ramos e colhendo flores para enfeitar” mais à frente, outros prepararam a área para as cavalhadas enquanto “outros estendendo as fileiras de fogos de artifício que à noite devem ser queimados ao levantamento do mastro” (Dias, 1997:31, 32). Dia 15 de agosto, o grande dia para o arraial! Ao romper da aurora, o foguetório e os sinos das igrejas despertaram a população. As bandas de música percorreram as ruas anunciando primeira missa “com acompanhamento de orquestra e cânticos sagrados”. Às 10 da manhã, o templo foi tomado por fiéis de diversas classes sociais, “o templo repleto do que o arraial contava de mais seleta em seu meio social, de mistura com a gente humilde dali e das circunjacências” (Barreto, 1995:609).

Após a missa, iniciaram-se as cavalhadas e logo em seguida o banquete de doces e de biscoitos foi servido pelos festeiros. À tarde a procissão tomou conta das ruas do arraial, “das três para as quatro horas da tarde, de novo, os sinos chamavam o povo a outro ato religioso: a procissão. Terminada esta com o competente sermão e *Te-Deum*” (Dias, 1997:34). Após as

comemorações em homenagem à Nossa Senhora da Boa Viagem, realizou-se os festejos do Divino com o levantamento do mastro e de Santa Efigênia. Nos primeiros anos do arraial, estas duas festas eram realizadas em dias próprios, mas com a dificuldade da vinda de padres para a localidade, passaram a ser comemoradas juntamente com a festa da Padroeira. Ao fim das comemorações religiosas, o largo da Matriz foi tomado pelas festas profanas e as contradanças e os espetáculos teatrais romperam a noite até o dia seguinte. No dia 16 de agosto, foram “interrompidas as solenidades sacras para só ser destinado aos divertimentos profanos”. Segundo o memorialista, as festas profanas “nunca deveriam confundir com aqueles [religiosos], ainda mesmo quando inocentes como às vezes o são, por exemplo, as contradanças, as cavalhadas, os dramas inofensivos à moral” (Dias, 1997:56). Não obstante, a teoria de Durkheim (2003) da separação entre o sagrado e o profano, tais categorias são inerentes às coisas, mas estabelecidas pela sociedade. Apesar de distintas, são conviventes ao ponto de se *con-fundirem* (Perez, 2002).

Mesmo com a grande diferença econômica dos tempos do auge do ouro, a tradição festiva barroca dos moradores do arraial se manteve presente. “Apesar de ser uma localidade relativamente pobre, faz as suas solenidades com uma pompa natural e espontânea, muito de ver-se e admirar-se” (Camarante *apud* Barreto, 1995:97). Esta pompa festiva não é esquecida com a construção da nova capital, em Belo Horizonte. As festas continuaram sendo tradicionalmente vivenciadas.

2. A construção da moderna Belo Horizonte

A construção de Belo Horizonte foi prevista para os anos de 1894 e 1897, mas se delongou até 1910. Não obstante a demora, a cidade trouxe vários elementos vinculados às novas tecnologias e aos preceitos higienistas da época. Ademais, além de seguir os inovadores modelos de planejamento, principalmente inspirados nas reformas parisienses de Haussmann, o impacto da nova capital de Minas Gerais foi bastante expressivo⁶, talvez pelo fato de a cidade ter sido planejada “do zero”, ou melhor dizendo, o seu planejamento significou o fim do Arraial de Bello Horizonte. Esta proposta de destruição foi condizente com o pensamento da época, no sentido de apagar as reminiscências de um passado monárquico em prol de um novo projeto civilizatório.

⁶ Tal impacto é aqui pensado ao remeter as reformas urbanísticas de as reformas de Manaus, de Belém, do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Santos que se deram no final do século XIX, início do século XX.

Após a definição do local, iniciou a construção da nova capital pela Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) em 17 de dezembro de 1893. Assim sendo, o antigo arraial de 1.080.000 m² que contava com oito ruas, dez becos, dois largos e cerca de trezentas casas desapareceu para dar lugar ao projeto da nova capital. O planejamento da cidade foi mensurado para uma área de 51.220.804 m², subdividida em zona rural, zona suburbana e zona projetada com 65 ruas, 21 avenidas e 24 praças. A zona rural foi delimitada com o intuito de ser o cinturão verde para o suprimento coletivo, e teria 17.474.619 m²; a zona suburbana, com 24.930.803 m², fora projetada para chácaras; e, a zona urbana, com 8.815.382 m², envolveria todo o aparato administrativo e as residências de funcionários públicos, abrigando em torno de duzentos mil habitantes. A zona suburbana teria a função de interligar as duas outras zonas por meio de um boulevard circular denominado Avenida 17 de Dezembro, atual Avenida do Contorno (CCNC, 1897).

Os lotes e as ruas da zona urbana foram cuidadosamente mensurados, formando um tabuleiro de xadrez que evitava os becos comuns de Ouro Preto, antiga capital de Minas Gerais. Neste ponto, o divórcio dos tradicionais elementos coloniais se fez valer e visou à funcionalidade e à higiene urbanística, fazendo com que os preceitos sanitaristas fossem decisivos na construção da cidade, como ditavam os valores de salubridade da vida do século XX. As redes de água e de esgoto foram detalhadamente estudadas, além da localização de zonas que poderiam trazer doenças para a população, como os cemitérios (LOTT, 2017).

A cidade foi inaugurada no dia 12 de dezembro de 1897 ainda inacabada. Na fotografia da festa de inauguração, é possível ver os materiais de construção ainda expostos no local do festejo (ver imagem 1). Nesta data, ainda eram perceptíveis edificações inacabadas e a falta de pavimentação das ruas, “apresentando-se assim a cidade... quase toda por se calçar... ruas e avenidas quase desertas com grandes intervalos na construção predial... árvores, nenhuma, gente, pouquíssima” (Salgueiro, 1982:115).



Imagem 1: Festa de inauguração de Belo Horizonte
Fonte: Guimarães, 2013.

Todavia, antes mesmo da inauguração oficial, a cidade já contava com uma pequena cobertura jornalística dos periódicos *Aurora*, *A Capital* e *Bello Horizonte*. Os anúncios giravam em torno dos primeiros estabelecimentos comerciais, da chegada de moradores e das festas de inauguração de setores fundamentais para o crescimento da cidade.

No dia 5 do corrente inaugurou-se o ramal férreo que conduz às pedreiras do Acaba Mundo. Às 7 horas da manhã, partiu a locomotiva da frente ao edifício do Palácio Presidencial, conduzindo um carro com as pessoas que foram assistir a inauguração (*A Capital*, 13 de abril de 1896:02).

Não obstante os problemas econômicos que assolaram a construção da cidade, o planejamento desta procurou refletir os ideais de modernização urbana, a começar pelo traçado urbano em forma de tabuleiro de xadrez. Ruas e praças ganharam nomes de estados brasileiros, de personagens e de datas representativas da história oficial do país e de tribos indígenas⁷.

Os lotes, bem como as ruas da área urbana, foram cuidadosamente mensurados, formando, como mencionado, um tabuleiro de xadrez que evitava os becos comuns da antiga

⁷ Na planta geral de Belo Horizonte de 23 de março de 1895, os nomes das ruas e praças voltados para os personagens e datas republicanas já estavam denominados. Barreto apresenta o ofício nº 26 do engenheiro Aarão Reis, que “vão denominadas as praças, avenidas e ruas, tendo sido escolhidos os nomes de cidades, rios, montanhas, datas históricas mais importantes do Estado de Minas e da União e, bem assim, de alguns cidadãos que, por seus serviços relevantes, merecem ser perpetuados na lembrança do povo”. No documento da comissão construtora tem-se a relação de todas as ruas e praças. Barreto apresenta, por exemplo, as 24 praças da zona urbana, “Praças: da República, Tiradentes, Marechal Deodoro, 15 de Junho, 15 de Novembro, José Bonifácio, Benjamim Constant, Cruzeiro, 7 de Setembro, 13 de Maio, Belo Horizonte, 14 de Julho, Progresso, 21 de Abril, Liberdade, Federação, estação, 14 de Outubro, 24 de Fevereiro, 3 de Maio, América, 14 de Fevereiro, 3 de Maio, América, 14 de Fevereiro, 14 de Setembro, escolas” (Barreto, 1995:253).

capital Ouro Preto. O divórcio com os tradicionais elementos coloniais visou à funcionalidade e à higiene urbanística, fazendo com que os preceitos sanitaristas fossem decisivos na construção da cidade. As redes de água e de esgoto foram detalhadamente estudadas, além da localização de espaços que poderiam trazer doenças para a população como os cemitérios. O traçado urbano remeteu à ordem inspirada nas experiências urbanísticas das capitais do século XIX, como, por exemplo, Paris e Washington. As disposições dos prédios públicos, que abrigavam o poder político, ganharam destaque em detrimento das Igrejas Católicas. A Praça da Liberdade, que abrigou a sede do governo estadual até o ano de 2010, situa-se no ponto mais elevado da cidade, demonstrando o controle estatal sobrepondo-se ao poder religioso.

Neste ponto uma pausa teórico-historiográfica se impõe. É possível aferir que o desencantamento do mundo – como nos coloca Weber – se fez presente no território belo-horizontino. É perceptível a modificação da tendência prevalecente desde a Idade Média da formação das cidades, que tinham como referência a igreja. Esta, independente de ser geograficamente central, era o lugar mítico do início, o que une o céu e a terra (Eliade, 2002)⁸. A grandiosidade arquitetônica das igrejas católicas moldou as cidades medievais do mesmo modo que as práticas cristãs de caridade tornaram-se uma referência moral das urbes. Atualmente é difícil imaginar, em localidades mais urbanizadas, que a edificação do templo católico seja a principal referência simbólica e geográfica. Mas, se nos remetermos às cidades construídas na Alta Idade Média europeia e/ou nos tempos coloniais brasileiros perceberemos que este edifício apresentava como a construção de maior envergadura, sendo possível ver o seu campanário a grandes distâncias.

Com o passar dos tempos outros valores foram agregando às cidades e a Igreja foi diminuindo seu destaque na era Moderna. Os tempos modernos abriram caminho com as grandes navegações, com a invenção da imprensa, com o Humanismo Moderno do Renascimento e com a Reforma Protestante que, por sua vez, ajudou no declínio da hegemonia da Igreja Católica (Baudrillard, 1982). Tais fatores são evidenciados nos espaços urbanos. Cidades modernas não têm mais a Igreja Católica como referência principal. O templo católico divide seu destaque com os mercados, feiras e espaços de poderes civis,

⁸ É importante destacar que existem outras teses de formação de cidades que não se pautam apenas na Igreja como núcleo aglutinador. Na Idade Média o estado passa a fiscalizar os locais de comércio sazonal, tentativa frustrada que ocasionou na transitoriedade ainda maior dos comerciantes que fugiam dos altos valores da fiscalização. As feiras e mercados tornam-se cada vez mais itinerantes, mas deixavam um rastro residencial juntamente com toda a estrutura que as apoiavam, criando-se os núcleos urbanos a partir das praças de mercados (MUMFORD, 1998).

expressões privilegiadas da configuração econômica e política inaugurada pela modernidade⁹. A cidade de Belo Horizonte não fugiu a esta regra, mas a presença da Igreja – bem como do Estado – se mostrou forte, principalmente por meio das festas.

3. As festas religiosas na capital mineira

As festas religiosas foram abundantes nos primeiros anos de Belo Horizonte, fator este perceptível ao ler os memorialistas e os jornais locais onde o mês de maio se destaca. Por ser o mês das noivas e o mês das coroações, havia um:

suavíssimo e piedoso entretenimento do Mês de Maria, na Matriz da Boa Viagem, todas as noites, às 7 horas, entre cânticos, ao som de um harmônio, oficiando o pároco F. Martins Dias. Cada noite uma menina coroava a Virgem Santíssima e outras meninas atiravam-lhe flores, todas vestidas de branco, engrinaldadas (Camarante *apud* Barreto, 1995: 110).

Indo de encontro com a descrição de Camarante, o periódico *Aurora* também anunciou o festejo, que por sua vez, traz o tom da afirmação social ao nomear a menina que coroou a santa.

Cantam os fiéis contemplando o altar que se levanta ali a um dos lados, altar magnífico, ornado com profusão de flores, onde se vê a Virgem Maria, coroada naquele momento por Célia, pela gentil Célia, que está debaixo de uma chuva de pétalas perfumosas, toda sorridente, plena de felicidade por ter, com uma linda coroa cingindo a fronte augusta da rainha dos anjos (*Aurora*, 01 de junho de 1897: 02).

Nas páginas seguintes do mesmo periódico, continuaram as referências das festas do mês de Maria. “Esteve neste lugar, tendo pregado nas solenes festas celebradas na arrematação do mês de Maria, o reverendo padre Joaquim Silveiro de Souza, ilustrado sacerdote” (*Aurora*, 01 de junho de 1897:04). O periódico *Flammula*, também destacou as participantes da festa. “Na matriz da Boa Viagem, coroarão hoje a V. Santíssima, as meninas Maria da Conceição Moreira, Maria Amélia e Célia Catarino” (16 de maio de 1907:02).

Há uma nítida hierarquização nas celebrações de coroação. Por exemplo, as meninas que coroam a Virgem Maria são mais importantes que as que entregam as palmas, que por sua

⁹ A modernidade é entendida neste texto como “um tipo de experiência vital — experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida — que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje”. Neste contexto, onde se encontra “um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos” (Berman, 1986:15). No entanto, é apenas uma ameaça de destruição, já que o grande paradoxo da modernidade é a convivência dos valores tradicionais e dos valores modernos (Baudrillard, 1982)

vez, são mais importantes que as meninas que apenas oram ao redor da Santa. Trata-se, neste caso, da manutenção de mais uma reminiscência dos tempos de Vila Rica: a hierarquização social epifanizada por meio de festas. Outra tradição perceptível é o destaque dado às festas religiosas pelos periódicos, como a Semana Santa. No *O Alfinete* há o destaque para o início da festividade. “Realizou-se ontem, como todo o brilho a procissão do Depósito” (24 de março de 1907:03)¹⁰.

Para além das notícias supra citadas, há inúmeras outras nos jornais locais, havendo até mesmo colunas fixas dos periódicos destinadas à divulgação de festejos religiosos. Podemos então afirmar que foi forte a presença do religioso, principalmente católico, nas festas da capital. Religioso este que não se apresentou aos moldes das remanescentes das festas barrocas, mas também não excluiu os tradicionais festejos barrocos. Neste sentido, as festas belo-horizontinas epifanizaram o paradoxo dos preceitos da modernidade: o concomitante distanciamento e a simultânea aproximação com os valores tradicionais. “A verdade da modernidade” é que “ela não é jamais mudança radical ou revolução”, mas que “sempre entra em implicação com a tradição, num jogo cultural sutil, num debate onde as duas estão ligadas, num processo de amálgama e de adaptação”. Não se trata de ruptura, mas de “uma dinâmica do amálgama” (Baudrillard, 1982:7).

Neste ponto é relevante ressaltar, mais uma vez, que tradição está sendo entendida como aquilo que é transmitido de maneira viva, por meio da palavra, da escritura ou das posturas, particularmente no âmbito religioso (Baudrillard, 1982). Ou seja, a forma de transmissão dos valores religiosos em Belo Horizonte se fez tanto pelas reportagens construídas pelos jornais, quando pelas festas vividas pela sociedade local. Dentre estas, cabe também ressaltar as festas dos santos e santas.

Temos hoje a registrar a notícia da salutar e atraente devoção das Quarenta Horas, a se realizar proximamente, em nossa igreja, onde esta solenidade terá particular brilho, como nos anos anteriores, pelo profundo respeito e grande afluência de devotos do S.S. Sacramento, os quais terão mais uma vez oportunidade de atestar bem alto sua religiosidade e sua fé robusta como devotos também de São José, o padroeiro e principal guarda dos destinos do Calafate (O Arauto, 24 de fevereiro de 1922:02).

O Actualidade convida para os festejos de Nossa Senhora das Dores.

¹⁰ A Procissão do Depósito faz parte do ritual da Semana Santa ocorrendo na quinta-feira. As imagens de Nossa Senhora das Dores e de Nosso Senhor dos Passos saem em procissão da igreja onde ficam expostas no decorrer do ano. Na sequência, ocorre a procissão do Encontro, na qual as imagens saem das igrejas onde foram depositadas e se encontram em um ponto da cidade. Neste momento, há a encenação do encontro de Jesus e Maria na subida para o calvário.

Sexta-feira, às 8 da manhã missa e cânticos do estilo, e acompanhamento de harmonium. Todos os devotos de Nossa Senhora das Dores são convidados a assistir em número avultado a essa tocante cerimônia, tão popular no Brasil (09 de março de 1906:02)

Na sequência do convite, há a programação da solenidade:

Todos os dias da missão, haverá às 5 horas da madrugada, missa com prática, às 8 horas, outra missa com conferência, às 2 horas da tarde catecismo popular para os meninos e meninas, às 7 horas da noite, conferência, terço e sermão da penitência. Todas as noites às 9 horas tocará o sino, chamado dos pecadores, rezando-se nessa hora 5 Padre Nosso e 5 Ave Maria pela conversão dos pecados (Actualidade, 09 de março de 1906:02).

A escolha do padroeiro de uma igreja também guardou atenção especial na capital. “Recente discussão sobre a escolha do santo que deve servir para padroeiro da nova igreja da Floresta” (O Arrepiado, 16 de julho de 1921:02)¹¹. Mais tarde ficou sabendo que o santo padroeiro foi de fato uma santa, Nossa Senhora das Dores e ficou igualmente sabendo que para a construção do templo foi realizada uma festa junina.

Em nome da comissão construtora agradece o infra assinado a todos os que concorreram para os festejos tradicionais de São João em favor da construção da Igreja de Nossa Senhora das Dores na Floresta, declinando a publicação do nome de qualquer das pessoas que mais dedicaram, para não sofrer a modéstia de ninguém, mas salpicando a maior benção de Deus, sobre todos os benfeitores. Padre Severino Severens (Floresta, 13 de agosto de 1922:07).

As festas em prol das construções das igrejas foram comuns nos primeiros anos de Belo Horizonte. Assim como a igreja de Nossa Senhora das Dores, a capela de Nossa Senhora do Rosário promovia tais festejos. “Por extremo esforço da esposa do Sr. Coronel Felipe de Mello, o espetáculo da companhia equestre Zovetti & Santos foi dado a 22 deste, em benefício da Capela do Rosário. Tocou durante a função, a banda de música da polícia” (Belo Horizonte, 26 de junho de 1898:02). No mesmo jornal, há a chamada para outra festividade em benefício da capela.

Para a aquisição de um harmônio e paramentos que ainda faltam, para isso vai realizar-se a 3 de julho futuro um leilão de prendas, que terá o lugar no adro respectivo às 7 horas da tarde, depois da primeira benção, abrilhantado pela excelente banda de música do primeiro batalhão de polícia que foi graciosamente cedida. Às

¹¹ Floresta é um bairro da cidade de Belo Horizonte que se localiza bastante próximo à região central.

excelentíssimas famílias pede-se o obséquio de oferecerem prendas (Bello Horizonte, 26 de junho de 1898:04).

E até mesmo a Matriz da capital, contou com a festa para coletar fundos para sua construção.

No Parque Municipal, nos dias 11 e 12 do corrente, realizaram-se os festejos que vinham sendo bastante anunciados. Desnecessário é dizer que foi uma festa digna de nota, porquanto as gentis senhoritas e as senhoras que a compunha não deixaram nada a desejar, pois que o concurso prestado, para as barraquinhas produzissem, demonstrou a boa vontade das mesmas. E ainda mais. A cada momento ouvia uma bem ensaiada orquestra, composta de numerosas e belas mocinhas da nossa elite. Também lá compareceu a banda do 1º Batalhão da Força Pública. Terminada que foi a encantadora festa, verificam-se os lucros fabulosos que eram destinados à construção da Matriz de Boa Viagem (Beija-Flor, 19 de abril de 1914:02).

A Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem utilizou recorrentemente do artifício de festas para a arrecadação de verbas para a sua reforma que, por sua vez, perdurou por várias décadas, sendo finalizada em 1936. Entretanto, as constantes reformas não tiraram a importância da Matriz. Desde o início do século XVIII, ainda como arraial, a edificação ocupa o mesmo local onde está até os dias de hoje: o quarteirão próximo à Avenida Afonso Pena, uma das principais da cidade. A construção religiosa seguiu o estilo arquitetônico setecentista e foi responsável pela formação do povoado local, sendo o prédio de maior importância do arraial: “o templo era o lugar do culto, da oração, local privilegiado da manifestação da fé e também ponto de encontro do arraial, pois em torno dele é que as pessoas se reuniam e se confraternizavam nos dias de festa” (Almeida, 1996:242).

Como dito, devido ao planejamento urbano ter seguido a esteira dos valores de modernização, as antigas construções que não se adequavam a esta lógica foram demolidas. A igreja da Boa Viagem não ficou imune a esta lógica, sendo proposto inicialmente sua demolição, o que gerou forte reação do Bispado de Mariana e dos párocos locais. Aliando-se a este posicionamento da Igreja Católica somou às dificuldades financeiras do governo em financiar um novo templo. Neste sentido, a igreja foi mantida mesmo não atendendo esteticamente o desenho da capital.

Após a inauguração da cidade, mais uma vez foi discutida a demolição da antiga igreja e a construção de uma nova matriz fora da área urbana, mas tal projeto não foi levado à frente, pois, a Igreja Católica se negava a deslocar-se para um ponto distante do centro da cidade. A solução foi reformar o antigo prédio e dar um ar de moderno à construção. Com o passar dos anos, a ideia da construção de um outro templo começou a ser concretizada. No dia 3 de

setembro de 1911, foi colocada festivamente a pedra fundamental da nova edificação para a Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem no mesmo local onde se encontrava a igreja: “o lançamento da pedra fundamental, cercado de pompas e cerimônias, contou com a presença das autoridades religiosas e públicas e a futura construção foi abençoada pelo Arcebispo de Mariana” (Almeida, 1993:71).

Compuseram a festa juntamente com o Arcebispo de Mariana, os Bispos de Diamantina, Campanha, Pouso Alegre e Taubaté. A missa campal foi realizada pelo arcebispo, bem como a benção da pedra fundamental. Esta, foi argamassada pelo então presidente da cidade, Bueno Brandão “com uma pá de prata oferecida pelo Vigário Monsenhor João Martinho” (Mourão, 1970:159). Em 1925, a antiga Matriz foi demolida devido à finalização da nova Matriz, erguida com recursos públicos, da própria igreja e da comunidade católica local. A festa de inauguração do novo templo também comemorou a elevação deste à catedral, já que a diocese de Belo Horizonte tornou arquidiocese em 1924. É importante ressaltar que, o templo religioso é uma demarcação territorial do sagrado. O termo templo vem do grego *témenos* que significa demarcação, recorte, ou delimitação de um espaço sagrado. Assim sendo, a edificação da igreja serve como substrato material para a religião na medida em que forma um cosmo, um mundo para a especial epifanização do sagrado. Enquanto o templo demarca o espaço do sagrado, as festas demarcam o tempo do sagrado, comunicando valores do religioso por meio de posturas, de palavras, de cantos e de gestos. A literatura antropológica nos mostra como uma ideia só passa a existir de fato e de direito quando é materializada em símbolos. Dito de outro modo: o símbolo “é a materialização de uma ideia”, daí a grande relevância dos templos (Turner, 1974:43).

Considerações finais

O presente artigo buscou identificar e compreender as festas belo-horizontinas contidas no campo historio-etnográfico da Coleção Linhares Digital entre 1897 e 1922 e dos relatos dos memorialistas Abílio Barreto e o Padre Dias. Utilizando o recorte teórico-metodológico da História e da Antropologia, estendeu-se o espaço temporal devido à apresentação das reminiscências barrocas nas festas da cidade. Sendo assim, as festas de Vila Rica e do Arraial do Curral D’ El Rey compuseram a análise. Não obstante o foco nas festas religiosas, foi perceptível a coexistência de elementos profanos nestas, o que não é nenhuma novidade no campo de estudo da festa ao remetermos ao Durkheim. Assim, pode-se aferir

que as festas aqui descritas seguem a atmosfera da modernidade: uma cidade moderna que apresentou em suas festas os tradicionais valores dos festejos barrocos. Diante do exposto, é assertivo afirmar que “a festa não é somente boa para dela se participar, é também boa para pensar!” (Perez, 2002:18).

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Marcelina. 1993. *Fé na modernidade e tradição na fé: a catedral da Boa Viagem e a capital*. Dissertação. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

ALMEIDA, Marcelina. 1996. Catedral da Boa Viagem de Belo Horizonte: fé, modernidade e tradição DUTRA, E. (Org.) *BH: Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte.

ÁVILA, Afonso. 1984. *Iniciação ao barroco mineiro*. São Paulo: Nobel.

BARRETO, Abílio. 1995. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais.

BATESON, Gregory. 2000. *Steps to an Ecology of Mind: Collected Essays in Anthropology, Psychiatry, Evolution, and Epistemology*. Chicago: University of Chicago Press.

BAUDRILLARD, Jean. 1982. *Biennale de Paris. La modernité ou l'esprit du temps*. (Tradução Léa Perez e Francisco Coelho dos Santos) Paris, Editions L'Equerre.

CAILLOIS, Roger. 1988. *O homem e o sagrado* Lisboa: Edições 70.

CCNC - Comissão Construtora da Nova Capital *Planta Geral da Cidade de Minas* 1895. Disponível em http://comissaoconstrutora.pbh.gov.br/exe_dados_documento.php?intCodigoDoc=AI.01.06.00-391&strTipo=MAPAS%20E%20PLANTAS Acesso dia 03 de Setembro de 2020.

CHARTIER, Roger. 2004. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime* São Paulo: Ed. UNESP.

DEL PRIORI, Mary. 2000. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense.

DIAS, Padre Francisco Martins. 1997. *Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro: Xerox do Brasil.

DUVIGNAUD, Jean. 1997. *El Sacrificio Inútil*. México: Fondo de Cultura Económica.

ELIADE, M. 2002. *Tratado de História das Religiões* 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

GUIMARÃES, Marcos. Out. 2013. *A paisagem através da arquitetura: o edifício Niemeyer em Belo Horizonte* VITRUVIUS ano 14(161.01): [s/p].

LOTT, Wanessa Pires. 2017. *Tem festa de negro na República branca: o reinado em Belo Horizonte na Primeira República*. Tese. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. 2003. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec/UNESP.

MAUSS, Marcel. 2003. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.

MELLO e SOUZA, Laura. 2001 “Festas barrocas e a vida cotidiana em Minas Gerais” In.: JANSÓN, István e KANTOR, Iris (org) *Festa: Cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec - Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp: Imprensa Oficial.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. 1977. *A Catedral de Nossa Senhora da Boa Viagem de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.

MUMFORD, L. 1998. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas* 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

NASCIMENTO, Mara Regina. 2006. *Irmandades leigas em Porto Alegre: práticas funerárias e experiência urbana – séculos XVIII-XIX* Tese. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

OZOUF, Mona. 1976. “A festa: sob a revolução francesa”. In.: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre *História: novos objetos*, [s/p]. Rio de Janeiro: F. Alves.

PASSOS, Mauro. 2002. “Apresentação”. In.: PASSOS, Mauro (org) *A festa na vida*, [s/p]. Petrópolis: Vozes.

PEREZ, Lea. 2002. “Antropologia das efervescências coletivas”. In.: PASSOS, Mauro (org) *A festa na vida*, [s/p]. Petrópolis: Vozes.

PEREZ, Léa. 2008. *Dionísio nos trópicos*. Trabalho apresentado no “I Colóquio Festas e Sociabilidades” Aracaju/SE: UFSE.

SALGEIRO, H. 1982. “O ecletismo em Minas Gerais: Belo Horizonte 1894-1930”. In.: FABRIS, A. (org). *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*, [s/p]. São Paulo: Nobel/Edusp.

SANCHIS, Pierre. 1992. *Arraial: festa de um povo as romarias portuguesas* 2ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

SANCHIS, Pierre. 2001. “Desencanto e formas contemporâneas do religioso”. *Revista CIÊNCIAS SOCIAIS E RELIGIÃO*, Porto Alegre, ano 3(3): [s/p].

SEGALEN, Martine. 2002. *Ritos e rituais contemporâneos*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

TURNER, Victor. 1974. *O processo ritual: estruturas e antiestructuras* Petrópolis: Vozes.

Periódicos Citados¹²

A CAPITAL, 13 de abril de 1896
AURORA, 01 de junho de 1897
BEIJA-FLOR, 19 de abril de 1914
BELLO HORIZONTE, 26 de junho de 1898
FLAMMULA 16 de maio de 1907
FLORESTA, 13 de agosto de 1922
ACTUALIDADE, 09 de março de 1906
O ALFINETE 24 de março de 1907
O ARAUTO, 24 de fevereiro de 1922
O ARAUTO, 27 de março de 1922
O ARREPIADO, 16 de julho de 1921

¹² Periódicos disponíveis em: UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais *Coleção Linhares* http://linhares.eci.ufmg.br/ln2_infofasc.php?status=0&jornal_id=31&ji=29&jl=14 Acesso em 05 de fevereiro de 2019.